

CÂMARA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ACTA Nº 6/2014

Da reunião ordinária pública realizada no dia 21 de Março de 2014, iniciada às 09:09 horas e concluída às 11:42 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Período Antes da Ordem do Dia	3
Período da Ordem do Dia	16
Agenda	16
Aprovação de Actas	16
Balancete	17
Despachos	17
DAG	18
DOP	23
DL	26
DGU	27
DEASS	28
DCJD	30
Intervenção do Público	31
Aprovação em minuta	33
Votação das deliberações	33
Encerramento	33
Montante Global dos Encargos	33

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

ABERTURA

ACTA Nº 6/2014

No dia vinte e um do mês de Março do ano dois mil e catorze, no Auditório Municipal da Covilhã, sito na Rua do Castelo, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente Vitor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes o Senhor Vice-Presidente Carlos do Carmo Martins e os Senhores Vereadores Pedro Miguel dos Santos Farromba, Joaquim António Matias, Nelson António Mendes da Silva, Jorge Manuel Torrão Nunes e José Joaquim Pinto de Almeida.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

II- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente iniciou o Período de Antes da Ordem do Dia, apelando a todos os Senhores Vereadores para serem concisos e para que seja cumprido o limite de tempo estipulado no Regimento em vigor.

Informou, a propósito do Aeroporto, “que com a publicação na capa do Jornal do Fundão, fica bem patente quem é que tem visão estratégica para a região e o grave que foi ficarmos amputados desta grande infraestrutura, que era uma mais-valia, que era um grande motor de desenvolvimento para a região e que, como nós não tivemos a vista suficientemente larga para o efeito, a verdade é que os nossos vizinhos souberam aproveitar essa brecha e têm hoje uma infraestrutura aeroportuária que lhes permite dar resposta a este cidadão francês, investidor na região, que vem no seu jacto particular, aterra em Castelo Branco e regressa no mesmo dia a França.

Mais uma vez, vincar o nosso profundo lamento e veemente protesto por estas decisões condicionadas e baseadas em inverdades. Se fosse efectivamente verdade que o Data Center teria que ficar naquele sítio, porque os técnicos assim o diziam, ainda poderíamos ter ponderado e decidido como foi decidido. Mas na verdade, ele poderia ter ficado localizado noutra sítio, tal como o próprio caderno de encargos referia e que era nas imediações do Parkurbis, onde ficava muito bem e melhor enquadrado, quer arquitetonicamente, quer funcionalmente.

Por outro lado, dizer que as aulas práticas do Curso de Aeronáutica da UBI, já decorrem no aeródromo de Castelo Branco e fica uma vez mais patente, quem é que tem a grande visão estratégica para a Covilhã e para a região.

Gostaria de dizer que, eu e o Senhor Vice-Presidente, nos deslocámos ao Mercado Municipal, onde prevemos um investimento de cerca de 70.000,00 €; fomos ouvir quem ali trabalha todos os dias, onde ouvimos as suas carências e necessidades e transmitimos-lhes que iremos investir nas zonas de venda, nos sanitários públicos, nos equipamentos de frio, na reabilitação do espaço da entrada (antiga zona da peixaria), para os vendedores ambulantes, bem como tentar regular o estacionamento nas imediações.

Sobre a Teleperformance, dizer que se confirmou que a empresa está “de pedra e cal”, na Covilhã, que vai alargar a sua área de negócio na Covilhã, que quer aqui ficar, que quer aqui permanecer, que quer criar mais 200 postos de trabalho e que não corresponde à verdade dizer-se que esta empresa fez um investimento em Braga. Fiz questão de interpelar o Senhor Director Executivo da empresa que me frisou que não tem em Braga nenhum posto de trabalho relacionado com a sua actividade, o que significa que aqueles que continuam escondidos atrás dos arbustos, continuam a intoxicar a opinião pública com inverdades, para tentar denegrir quem “puxa para cima” o concelho e para quem não quer amputar o concelho de infraestruturas como o aeródromo.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias iniciou a sua intervenção referindo-se à intervenção do Senhor Diogo Correia que “trouxe aqui um problema que é de alerta para com a Câmara Municipal, e eu sugeri que quando fossem feitos os prolongamentos de horários, a título excepcional, do funcionamento dos bares, que tivessem o cuidado de fazer cumprir o Regulamento Geral do Ruído, porque acima de tudo está o descanso que

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

as pessoas merecem. Constatou-se que está aqui alguém que não descansa para ser produtivo no dia seguinte. Alerto para essa situação, pois pedidos excepcionais, são excepcionais.

De seguida, referiu que “na reunião de Câmara que fizemos e quando falamos das declarações do Senhor Presidente da Câmara Municipal do Fundão, tomamos uma posição, que foi considerada uma posição de solidariedade, para com a instituição Câmara Municipal, porque todos nós reprovamos, aquilo que foram as declarações do Presidente da Câmara, dadas a conhecer pelo Senhor Presidente da Câmara, de excertos dados à Rádio Altitude e à Rádio Cova da Beira. Alertámos para o facto de, “vamos ver se isto não foi descontextualizado!” Isso faz parte da Acta e se não o fizer, votarei contra esta Acta.

Leu e entregou aos serviços, o documento que se transcreve e que fica apenso à acta:

“Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela

Como é do conhecimento do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores, “na passada reunião de Câmara do passado dia 7 de Março de 2014, fomos informados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã (CMC) de umas declarações do Sr. Presidente da Câmara Municipal do Fundão (CMF) a respeito de um conjunto de obras que há muito fazem parte do discurso político.

Nessas declarações e segundo o excerto da entrevista que o Sr. Presidente da CMC nos fez ouvir, o Dr. Paulo Fernandes teria dito que obras como o Aeroporto da Covilhã, os túneis da Serra e o IC6 não deveriam ser realizadas.

Instados pelo Sr. Presidente da CMC a comentar estas declarações, os Vereadores da CDU, PSD e MAC, referiram que, a serem verdade, não mereciam a sua concordância, tendo no entanto estes Vereadores alertado para o facto de ser necessário ouvir/ler as declarações do Sr. Presidente da CMF inseridas no contexto em que teriam sido proferidas, deixando no entanto muito claro que qualquer um dos três Vereadores defendem a construção destas três infra-estruturas que consideram fulcrais para o desenvolvimento do Concelho da Covilhã e da região.”

Certamente que estão recordados, que eu referi:

Fui eleito pelos eleitores do concelho da Covilhã, e estou aqui, para defender os seus interesses, não esquecendo como é óbvio os da região.

Todos estivemos solidários com as preocupações que o Senhor Presidente da Câmara manifestou, perante tais informações, mas deve ficar claro, que não foi comunicado ao órgão que iria ser redigido um comunicado para a comunicação social, e muito menos foi colocado a votação qualquer documento relativo a esta matéria.

Estranhamente, veio o Partido Socialista da Covilhã, cujo Presidente da Comissão política é o Vice-Presidente da Câmara, com um comunicado a dizer que “os beirões em geral e os Covilhanenses em particular já se habituaram e sabem que não podem contar com o PSD para o desenvolvimento da Região.”

Refere ainda, que, “ao arrepio da posição de todos os Vereadores na reunião da Câmara do dia 7, a posição (MAC, PSD e CDU) veio emitir um comunicado conjunto em que atacam politicamente o Presidente da Covilhã e se colocam ao lado do Presidente da Câmara do Fundão, contra os interesses da Covilhã.” “Ainda que estranho, este episódio é esclarecedor. Os covilhanenses ficam a saber quem está na Câmara para defender os

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

seus interesses e quem está na Câmara para defender os interesses próprios ou os interesses de outros.”

O Senhor Vice-Presidente da Câmara e simultaneamente Presidente da Comissão Política do PS na Covilhã, certamente que não esteve na reunião do dia 7 do corrente mês, onde todos os eleitos na verdade repudiaram as declarações do Senhor Presidente da CMF, caso as mesmas não fossem retiradas do contexto, que deveria ser analisado.

Estranho, é também o facto de o Senhor Vereador Nelson Silva, eleito na lista do MAC, no Programa Flagrante Directo na Rádio Cova da Beira do passado dia 14 de Março de 2014, estranhar que os Vereadores Mónica Ramôa eleita pela CDU, Joaquim Matias eleito pelo PSD e Pedro Farromba eleito pelo MAC tenham emitido um comunicado repondo a verdade do que aconteceu nessa reunião e referindo que ele, está ao lado do Senhor Presidente da Câmara.

A verdade é que nós, estamos ao lado de todos os Covilhanenses, onde também está incluído o Senhor Presidente da Câmara, mas não posso é ficar em silêncio, quando é dito que o comunicado foi votado por unanimidade na reunião de Câmara, quando a verdade é que não foi elaborado nenhum comunicado, e como tal, nada foi votado relativo a esta matéria na reunião de Câmara.

Mais:

“Não fomos ainda informados da ausência do Sr. Presidente da CMC de uma importante reunião do Conselho Regional onde os assuntos de interesse para a Covilhã e região terão sido discutidos.

A este propósito, gostaria de colocar as seguintes questões ao Senhor Presidente da CMC:

- a) A Câmara Municipal da Covilhã esteve presente nessa reunião?
- b) Quem esteve em representação oficial da CIMBSE?”

Entregou aos serviços, um segundo documento que se transcreve e que fica apenso à acta:

“Freguesia de Teixoso

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Como é do conhecimento de todos, na passada reunião de Câmara realizada no passado dia 21 de Fevereiro de 2014, apresentei uma proposta que tinha a ver com o encaminhamento para a CCDRC, de uma carta que o signatário tinha recebido de um Município de Teixoso, se deu nome António Costa, e na qual dava a conhecer alguns factos que a todos nos devem preocupar.

Recebi resposta por parte da Senhora Directora Dr.^a Graça Robbins, sugerida pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, que estranho, porque:

O VEREADOR signatário, não pediu qualquer parecer aos serviços, primeiro, porque conheço bem a Lei.

O que propus, foi tão somente, que a CCDRC emitisse um parecer, que a ser feito, serviria para esclarecer o autor da carta que nos foi enviada, bem como a Assembleia de Freguesia de Teixoso, porque se uma resposta for dada por algum de nós, certamente que não terá o efeito que teria se fosse a CCDRC;

Mas o mais estranho, é nessa informação ser dito que a ser feito o proposto, era estarmos perante a ingerência nos assuntos da Freguesia:

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

A este propósito, não houve ingerência do Senhor Presidente da Câmara, do Senhor Vice-Presidente da Câmara e do Senhor Vereador Nelson Silva quando negociaram os acordos para a instalação das Assembleias de Freguesia de Tortosendo e Vale Formoso/Aldeia do Souto?

E se entendem que não houve ingerência nessas Freguesias, porque não tiveram o mesmo comportamento e envolvimento na Freguesia de Boidobra?

Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores:

Sempre e quando receber uma comunicação de um qualquer munícipe do concelho da Covilhã, e que entenda dever trazer ao órgão colegial, será presente, porque não pretendo contribuir para esconder seja o que for na minha vida autárquica, à semelhança do que sempre fiz ao longo dos anos.

Com todo o respeito pelos funcionários da autarquia, incluindo como é óbvio as chefias, não considero que a resposta que recebi seja a forma de mais lisura e respeito, porque o mínimo que se exige, é um despacho do Senhor Presidente ou do Senhor Vice-Presidente da Câmara, ou do Senhor Vereador em regime de permanência.

Fica o reparo.”

Sobre a Associação Portuguesa de Deficientes, entregou aos serviços, um documento que se transcreve e que fica apenso à acta:

“Associação Portuguesa de Deficientes – Sede no concelho da Covilhã

Esta Associação Portuguesa de Deficientes abriu a sua Delegação Distrital na nossa cidade, e foi com o meu contributo, que, na altura, se conseguiu instalar onde funcionou até ao seu encerramento por falta de condições para o seu normal e cómodo funcionamento.

Felizmente, o eco chegou a alguém sensível, o Senhor Presidente da agregação das Freguesias de Vila do Carvalho e Cantar Galo, Senhor Pedro Leitão, cedendo aos responsáveis desta referida Associação, instalações que dão garantias de mobilidade, de conforto e certamente as melhores condições para ali desenvolverem as suas actividades, nomeadamente de coordenação, planificação e execução, sabendo que algumas acções serão desenvolvidas fora da sua sede social.

Importa pois, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, reconhecer este gesto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia Pedro Leitão.

Sugiro que a Câmara oficie ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia dando nota da nossa satisfação e agradecendo o seu gesto.”

Sobre a Casa da Covilhã em Lisboa, entregou aos serviços, um documento que se transcreve e que fica apenso à acta:

“Casa da Covilhã em Lisboa

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Como é do conhecimento de todos, a Casa da Covilhã em Lisboa, é uma associação de pessoas singulares e colectivas, de carácter não lucrativo, com sede na Rua Benfamosa, n.º 150, 1.º B, 1100-087 em Lisboa.

Esta Associação comemorou o seu 85.º Aniversário no passado dia cinco de Janeiro de 2014, tendo sido fundada a 5 de janeiro de 1929.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

Foram agora empossados os novos órgãos sociais, tendo sido eleitos para a presidência dos três órgãos:

Presidente da Assembleia Geral: Dr. João Madeira Antunes

Presidente da Direcção: António José de Jesus Vicente

Presidente do Conselho Fiscal: Dr. Jaime Brojo Esteves

Tendo em conta o papel que esta nossa associação desempenha em Lisboa, gostaria que a Câmara equacionasse um apoio dentro das possibilidades, e propunha que se fizesse uma comunicação aos vinte e um elementos eleitos e recentemente empossados, dando nota do nosso agradecimento, e votos de sucesso e cooperação entre a Câmara Municipal da Covilhã e a Associação Casa da Covilhã, em Lisboa.”

Por último, entregou um requerimento que se transcreve e que fica apenso à acta:

“Requerimento

Senhor Presidente:

Aquando da análise do texto da Acta n.º 4 respeitante à reunião de Câmara que se realizou no passado dia 21 de Fevereiro de 2014, o Senhor Vereador Nuno Reis, em representação do Movimento Acreditar Covilhã, foi confrontado com a seguinte acusação por parte do Senhor Vice-Presidente da Câmara Carlos Martins:

“O Senhor Vereador está nesta reunião, em regime de substituição, é um Vereador temporário, e sobre a última reunião privada, referindo-se a ela sobre o que foi transcrito para a Comunicação Social, o Senhor prestou estas declarações graves, gravíssimas: “O PS utilizou estratégia cacique nas eleições autárquicas.” “Fui delegado de uma das mesas de voto, nunca como nestas eleições, vi usar estratégias de cacique pelo PS para vencer as eleições, desde os carros de lares a transportarem idosos de um lado para o outro, com a indicação concreta do voto, até à distribuição de pão. Acho que o resultado não teria sido este, se não fossem estes os métodos caciques.”

Certamente, esta discussão foi um momento em que não captei estas acusações, e por entender que as mesmas são graves, tal como o Senhor Vice-Presidente referiu, venho requerer a V. Ex.^a, que seja agendada para a próxima reunião de Câmara uma alínea, que vise, requerer através do órgão ao Senhor Dr. Nuno Reis que especifique e identifique todos os intervenientes, bem como as instituições que estiveram envolvidas e tudo o que sabe.”

Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara quando é que recebe o Senhor Professor Doutor João Neves, que pretende instalar uma empresa no concelho da Covilhã.

De seguida tomou a palavra o Senhor Vereador José Pinto dizendo saber que várias Associações têm solicitado o agendamento de reuniões com o Executivo e que nunca foram recebidas, em concreto a Associação Estrela do Campo de Aviação Futebol Clube; “as Associações merecem o respeito de todos nós, pois existe um distanciamento tão grande entre nós e a comunidade, que eu acho que começo a ter saudades de ser Presidente de Junta de Freguesia. No dia-a-dia de uma Freguesia, nós conversamos com as pessoas, lidamos com elas nas ruas, nos cafés, é um ambiente mais cordial e mais saudável.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

Deveríamos fazer algum esforço no sentido de dar alguma dignidade a este órgão e fazer com que o pedido das pessoas seja correspondido.

Neste caso concreto, é uma Associação que tem representado muito bem o concelho, tem o representado muito bem a nível nacional e internacional, na vertente de atletismo. Enviaram o Plano de Actividades e solicitam uma sede para se instalarem e que alvitram a hipótese de poder ser na Escola Primária do Covelo, que com a sua utilização podem dignificar aquele espaço que neste momento se encontra abandonado. Poderá ser feita a cedência daquele edifício, o que ajudaria muito esta Associação que bem o merece.” Deixou ao executivo algumas fotos referentes à ruína que se verifica na vedação.

Apresentou ainda o assunto do açoreamento do Ribeiro do Alvito, na Boidobra, que neste momento a água está a invadir os terrenos limítrofes e o aumento do seu leito pode causar a destruição da ponte. Referiu que o Senhor Director lhe informou que este assunto foi enviado à ADC, mas que a ADC só faz “aquilo que lhe dá lucro. Só assume responsabilidades naquilo que lhe dá lucro.”

Sobre a sua representação oficial nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas, referiu que “de uma maneira geral tudo está a decorrer bem, salvo algumas excepções. Gostaria de referir uma questão do Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, que é um mega-agrupamento, que engloba o Tortosendo e o Paul, com uma área geográfica muito grande. O que foi transmitido pelo Senhor Presidente da Comissão de Instalação é o problema que existe nas Minas da Panasqueira, mais concretamente São Jorge da beira. Os edifícios estão degradados e o que verificam é que as crianças estão a ir para o concelho da Pampilhosa da Serra. O Município da Pampilhosa da Serra vai buscar as crianças do pré-escolar e do primeiro ciclo, daquela zona, leva-as para as suas Escolas e Jardins de Infância, paga-lhes o transporte, os funcionários, a alimentação e os livros escolares. Temos que ter em atenção esta situação.

Ainda a este propósito e porque já estamos no ano económico de 2014, acho que era fundamental esta Câmara, esclarecer sobre os apoios para o pré-escolar e primeiro ciclo, porque, por exemplo na Freguesia da Boidobra, as crianças do 1.º ciclo não pagam os livros escolares, que é uma competência da Câmara Municipal, que só traz vantagens para as crianças e para os pais; era bom que a Câmara definisse o que quer fazer, bem como saber se vai retomar o pagamento do que é também devido, aos alunos do secundário, em relação ao passe do transporte escolar.

Apelo para que a Câmara, apesar de não ter dinheiro, possa dar estas pequenas coisas, estas pequenas migalhas, em termos orçamentais.”

Tomou da palavra o Senhor Vereador Pedro Farromba que voltou a falar sobre os problemas, já anteriormente apresentados, que ocorreram na Junta de Freguesia de Cortes do Meio, que ocorreram devido às intempéries, questionando qual é o ponto de situação.

Questionou também, sobre a resposta ao seu requerimento de 17 de Janeiro, relativo à informação de todos os Despachos emitidos pelo Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereador, desde o dia 20 de Outubro, bem como de todas as contratações, nomeações, prestações de serviço, contratos de outsourcing ou Comissões de Serviço, ao qual ainda não tive resposta.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

Apresentou de seguida o documento que a seguir se transcreve e que fica apenso à acta:
“Requerimento

Tendo presentes os factos ocorridos na reunião de Câmara, com carácter privado, ocorrida no passado dia 7 de Março de 2014, venho pelo presente requerer que, a partir desta data, todas as reuniões de Câmara passem a ser gravadas em formato áudio.

Esta minha pretensão visa o cabal conhecimento por parte dos serviços de todos os assuntos discutidos, de modo a poderem elaborar a acta das reuniões da melhor forma, bem como clarificar as posições de cada um dos eleitos de modo a que as mesmas não sejam posteriormente deturpadas.”

Questionou ainda o Senhor Presidente, face às eleições ocorridas na CIM e no chumbo da proposta apresentada da eleição dos Secretários Executivos e como é que a comunidade se vai gerir, uma vez que os secretários são essenciais para a gestão da Comunidade.

Sobre a reunião com Teleperformance saudou a iniciativa, ficando contente com a visão estratégica que alguém teve de a trazer para a Covilhã e pela proposta que irá ser apresentada, nos mesmos moldes da anteriormente apresentada. Referiu ainda que o investimento feito em Braga foi da Vodafone e não da empresa Teleperformance.

Acrescentou ainda a informação de que o avião que aterrou na cidade de Castelo Branco, nunca aterraria na Covilhã, porque não tinha dimensão suficiente para o receber.

O Senhor Presidente agradeceu as intervenções e respondeu o seguinte:

“Sobre o aeroporto, o Senhor Vereador Pedro Farromba sabe que eu fiquei estupefacto, quando, numa entrevista na Rádio Cova da Beira, afirmou que aquela infraestrutura poderia ter sido feito noutra local, ao qual eu de imediato lhe respondi que “Fui enganado!”, porque me disseram que os técnicos condicionaram a aprovação daquele projecto, para aquele local e não havia outra hipótese.

O meu voto foi a favor do investimento, por ser muito importante não só para a cidade e para a região, como é também de carácter nacional, mas era apenas um voto simbólico, face à maioria absoluta do anterior executivo, e por isso temos que contextualizar as nossas responsabilidades.

Sobre o Secretariado Executivo da CIM, e como sabe as Comunidades Intermunicipais foram criadas pela Lei 75/2013, de uma forma mal elaborada, com uma péssima organização e articulação. São dois órgãos colegiais que a constituem: o Conselho Intermunicipal e a Assembleia Intermunicipal. O Conselho Intermunicipal, posta a votação do Secretariado, aprovou aqueles dois nomes em concreto, para Secretários. Entretanto a Assembleia Intermunicipal, que é um órgão colegial que aprova ou reprovava aquilo que o Conselho Intermunicipal apresenta, não concordou com a proposta apresentada. Lamento a decisão, mas as maiorias é que vencem.

A Comunidade está a funcionar com toda a normalidade, após serem ultrapassados os problemas iniciais, que se prenderam com o facto de termos sido a única Comunidade do país, que resultou de uma fusão, que originaram problemas de natureza burocrática, que teve de ser constituída como sendo uma nova, de raiz; o Secretariado executivo, neste momento, não impede o normal funcionamento da Comunidade, ou seja foi aprovado, na última reunião, o mapa de pessoal, onde se definiu quem é o Coordenador,

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

o Senhor Dr. Miraldes e na próxima reunião o Conselho escolherá o Secretariado e será de novo apresentado à Assembleia Intermunicipal, para posterior aprovação.

Relativamente às gravações das reuniões privadas da Câmara, eu acolho, aplaudo e agradeço essa sua sugestão, porque de facto ficamos a saber quem diz o quê, como e onde. É muito importante saber quem é que diz, como é que diz, de que forma é que diz, porque depois já não há invenções.

Sobre os problemas que existiram na Freguesia das Cortes do Meio, devido às intempéries, solicito ao Senhor Eng.º Jorge Vieira que nos esclareça nesse sentido.”

O Senhor Eng.º Jorge Vieira disse o seguinte: “logo que recebemos via e-mail o pedido de auxílio da Junta de Freguesia das Cortes, por causa dos danos causados, na altura do Carnaval, dentro da Freguesia, deslocámo-nos lá para tomar conhecimento *in loco* do que se passava. Eram dois problemas distintos, um relativo ao derrube de pinhos, que caíram sobre as vias de comunicação e destruíram parte do sistema de drenagem, mas esse trabalho estava já a ser desenvolvido pelo Grupo de Sapadores dos Baldios das Cortes, que procederam ao corte e à desobstrução das vias. Os pinhos pertenciam a pinhais de privados e também da Comissão de Baldios e por isso foram tratados por eles.

Sobre a limpeza das valetas e à reparação de zonas de valetas que foram destruídas, com a queda dos pinhos, nós comprometemo-nos a assegurar esse trabalho e já estamos a realizar.

A outra vertente diz respeito aos danos causados na rede eléctrica. A Junta de Freguesia das Cortes é de facto uma Freguesia que assegura o abastecimento de energia eléctrica aos munícipes que residem na área do seu território e fornece também energia à iluminação pública, não tendo até à data, a Câmara Municipal de suportar qualquer despesa relativa ao consumo de energia com a iluminação pública. O que foi transmitido ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia é que a Câmara Municipal, e na perspectiva de que é ela quem tem que assumir os encargos com a iluminação pública, está disponível para analisar os custos de reparação dos danos referentes à componente de iluminação pública. Como o cabo da infraestrutura eléctrica que está instalado serve, simultaneamente, o abastecimento dos consumidores e a iluminação pública, foi dito à Junta de Freguesia que nos fizesse chegar os orçamentos, que já o fez, que estão a ser agora analisados pelos nossos serviços. Nesses orçamentos iremos isolar aquilo que é a parte que diz respeito à iluminação pública, para propor ao executivo, em função do valor que se apurar, qual será a modalidade de apoio financeiro a prestar à Junta de Freguesia.”

Sobre a limpeza da Ribeira do Alvito disse: “ a limpeza de linhas de água dentro dos perímetros urbanos é da competência da Câmara Municipal. A componente ambiente tem estado, até à data, atribuída às Aguas da Covilhã, e quando recebi da Junta de Freguesia da Boidobra, o alerta para o problema do açoreamento dessa linha de água, remeti o assunto para a ADC, com um pedido de intervenção. O mesmo procedimento foi feito quanto à Ribeira da Goldra, que também foi remetido para a ADC. Até esta data, não recebi qualquer resposta sobre os pedidos efectuados.”

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção dizendo:

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

“Sobre as escolas de São Jorge da Beira, e no âmbito das últimas candidaturas aos Fundos Comunitários, foi-nos comunicado pelo Senhor Presidente da Comissão Regional do Centro, que fizéssemos um levantamento exaustivo dos problemas relacionados com o parque escolar: reabilitação, reparação, etc., que os nossos serviços elaboraram e que vai ser entregue ainda hoje, com a respectiva ficha de candidatura para tentarmos que, com os fundos comunitários, se possa acolher a este nosso flagelo, que é a degradação do parque escolar.

Sobre a Associação Estrela Futebol Clube já esteve marcada uma reunião com o Senhor Presidente da Direcção, mas que entretanto não foi possível realizar-se e como ele faz questão que a reunião seja realizada comigo, concertar as agendas não tem sido fácil, mas nos próximos dias fá-lo-emos.

Quanto ao agendamento da reunião com o Senhor Professor Dr. João Neves, logo que seja possível, terei muito gosto em recebê-lo.

Relativamente à Casa da Covilhã em Lisboa, dizer que por ocasião do aniversário estive lá e logo ali manifestei a intenção da Câmara Municipal da Covilhã, para apoiar a Casa da Covilhã, reconhecendo também esta importante associação que nos representa a todos em Lisboa e não só. Reconhecendo o trabalho meritório que ali é levado a efeito, consideramo-la como se fosse uma agremiação do concelho da Covilhã e é como tal que ela vai ser apoiada logo que haja disponibilidade financeira.

Quanto à Associação Portuguesa de Deficientes dar nota que, em Dezembro, disponibilizei ao Senhor Presidente da Associação, um espaço, no mesmo dia em que o problema aqui foi apresentado, com a acessibilidade necessária, mas entretanto articulamos com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cantar Galo e Vila do Carvalho, que disponibilizou uma boa solução, que acolhemos e que nos congratulamos.

Nas reuniões de Câmara não tratamos, nem devemos tratar das ingerências nas Juntas de Freguesia. Podemos resolver com diplomacia, e eu próprio intervim nas questões que existiam nas freguesias de Aldeia do Souto/Vale Formoso e Tortosendo, tendo todo o gosto em colaborar noutras situações, mais no âmbito da intermediação e de conciliação, do que de repressão.

Sobre a minha ausência na reunião da CIM, ela coincidiu com a minha presença no estado de Irsael, que já estava anteriormente agendada. Comuniquei essa minha impossibilidade pessoalmente ao Senhor Presidente da Comissão de Coordenação Regional do Centro, mas que me faria representar pelo Senhor Vice-Presidente da CIM, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Seia, que posteriormente me reportou tudo quanto ali foi discutido nessa reunião.

Sobre a questão da controvérsia que os Senhores entenderam controverter, das declarações do Senhor Presidente da Câmara Municipal do Fundão, dizer que há aí um grande equívoco.

Eu não transmiti à Comunicação Social, em momento algum, que os Senhores votaram aquele documento, nem que o submeti à votação. Os Senhores estão recordados, que disse, que no final da reunião, iria fazer declarações contundentes, declarações assertivas, fortes, no sentido de reprovar aquelas declarações e que o faria na dupla

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Covilhã e de Presidente da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Se fosse só na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, teria submetido à vossa apreciação aquele documento, mas como não era e até para não contaminar a discussão, entendi por bem falar na dupla qualidade e não apenas e só na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Covilhã. O que eu disse, depois de ler aquele documento disse: "... acrescento o facto, de que, por unanimidade, os Senhores Vereadores com assento na Câmara Municipal da Covilhã me acompanham nesta tomada de posição, relativamente a estas infelizes declarações."

Eu disse que os Senhores foram unânimes na tomada de posição de reprovação das declarações do Senhor Presidente da Câmara do Fundão. E mais, estão recordados que eu fiz-lhes ouvir uma gravação da Rádio Altitude, onde estão bem claras as declarações do Senhor Presidente da Câmara Municipal do Fundão. Os Senhores responderam que "temos que ver o contexto." Eu então reproduzi o que está no sítio da Rádio Altitude para ouvirem o que ele disse. Todos os Senhores Vereadores foram unânimes em reprovar, em condenar as declarações feitas. Não está em causa a personalidade, nem as capacidades, nem a bondade do cidadão, Dr. Paulo Fernandes, o que está em causa são as declarações que proferiu, tanto mais que é um membro do Conselho Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. E porque entendi que havia ali uma dupla infracção, porque se por um lado, recorrentemente, ele fala da região da Cova da Beira em que devemos partilhar serviços, que ambos estamos de acordo, mas não posso, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, é tolerar que um vizinho nosso, por mais simpático que seja, venha por em causa projectos e interesses, que são interesses da Covilhã desde sempre, de décadas.

Esta é uma velha aspiração e ainda que, por ventura, não possa vir a ser considerada uma prioridade, porque essas prioridades não são só nossas, são prioridades nacionais, são prioridades que têm a ver com a própria Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional e ainda que, nesta fase só possamos avançar com o projecto e não se possa avançar com a obra propriamente dita, um político regional que se preze, não pode nunca deixar de sair da agenda do dia, de pressionar os Governos, de pressionar os responsáveis, com obras que têm que estar sempre na agenda do dia.

O mesmo se passa com os túneis da Serra da Estrela e porque nós não somos egoístas, nem olhamos só para o nosso umbigo, eu tenho igual empenho, no âmbito na CIM, com o IC31, porque é uma via também estruturante para a nossa região. Nós vivemos em rede, num mundo globalizado e temos infraestruturas importantes, como o IC6. Não o poderíamos trocar por um caminho rural, por Silvares. Com o devido respeito que é muito, mas eu não poderia tomar outra atitude. "Quem não se sente, não é filho de boa gente" e eu aqui represento os Covilhanenses, defendo os seus interesses e defendê-los-ei até ao meu limite. Ficou bem patente quem é que defende a Covilhã e que é contra a Covilhã.

Os Senhores perderam uma boa oportunidade de estar calados, o que lamento. Lamento que os Senhores por solidariedades pessoais e partidárias tenham condicionado a vossa tomada de posição, porque acima dos interesses dos partidos, seja ele qual for, o importante é a defesa intransigente dos Covilhanenses. E os Covilhanenses ficaram a saber quem é que defende a Covilhã e quem é que não defende a Covilhã! Até parece que nós não estivemos na mesma reunião.

É bom que de futuro e para memória futura, e para que se possa constatar quem é que fala verdade e quem é que não fala, que no futuro se gravem as declarações.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

Eu repito, eu não disse que os Senhores votaram aquele meu comunicado. A vossa posição foi unânime na reprovação.

Eu assumi a atitude que devia assumir, não me arrependo de a ter assumido, assumi-la-ei sempre que estejam em causa os interesses da Covilhã e no caso concreto dos interesses da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. “

O Senhor Vereador Joaquim Matias respondeu o seguinte:

“De facto parece que não estivemos na mesma reunião. Eu referi há pouco, no documento que apresentei, exactamente aquilo que referi nessa reunião. Reprovei a 100% aquilo que foram as declarações do Senhor Presidente da Câmara Municipal do Fundão, se não tiradas num contexto. Agora o Senhor vem dizer, que os senhores é que são os salvadores do concelho e da região, que os Senhores é que são os amigos da Covilhã?

A Senhora Vereadora da CDU, na posição que tomou, é para defender os interesses do PSD? Ou é para defender os interesses de amizade com o Senhor Presidente da Câmara do Fundão? Interesses partidários? È o seu entendimento, não é o nosso.

É verdade que a comunicação social diz que o Senhor referiu que este documento foi aprovado por unanimidade. Nós, em função desta matéria, tomámos uma posição como é óbvio.

È verdade que é necessário olhar para a frente e começarmos a trabalhar e não empurrar os problemas com a barriga!

Vou-lhe dar aqui dois exemplos: O Senhor Presidente referiu que vai receber o Senhor Professor João Neves, quando puder. Não sei se sabe que o Senhor Professor queria fazer um investimento de 4 milhões de euros no concelho da Covilhã, que acabou de o fechar ontem em Castelo Branco, com 30 postos de trabalho que lá vai colocar, numa primeira fase. O Senhor Presidente da Câmara diz que vai receber o Senhor Professor, já com o investimento projectado para Castelo Branco.

Outra situação é: eu congratulo-me pelo facto de a Teleperformance ficar aqui e podermos ter mais 200 postos de trabalho. Mas como é que o Senhor quer o nosso contributo quando reprova aqui propostas, no sentido de eu estar presente nas reuniões, tal como a CDU e o MAC, e os Senhores dizerem que é um assunto para ser tratado pelo executivo e ter lá a presença do Senhor Vereador Nelson Silva? Como é que o Senhor quer o nosso contributo, quando nos põe de lado? O Senhor Presidente sabe, por ventura, que temos aqui imóveis, na posse da Câmara Municipal da Covilhã, que podem ser aproveitados para por 500, 600 ou 1000 pessoas a trabalhar? O Senhor tem que ter o nosso contributo, porque nós também temos uma visão sobre o concelho, sobre o que é necessário fazer para o desenvolvimento do concelho.

Na Câmara da Covilhã há eleitos, para representar as pessoas que os elegeram e para defender os interesses das pessoas do concelho da Covilhã e da região. Lamentavelmente têm sido utilizados os meios e utensílios da Câmara Municipal da Covilhã, com o logotipo da Câmara Municipal da Covilhã, para escrever cartas aos camaradas socialistas, a prepará-los, a instruí-los para a defesa da PC Médic. Eu recebi um ofício com papel timbrado da Câmara Municipal da Covilhã, que diz: “Camaradas Socialistas!” Isto, na verdade, tem que haver mais cuidado.

É tempo, passado este tempo todo, de não empurrarmos os problemas com a barriga. É tempo de pormos os olhos no futuro, de defender os interesses da Covilhã e da região.”

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

O Senhor Presidente acrescentou: “ Há uma questão prévia que devo aqui referir. O Senhor está redondamente enganado, porque isto não é um regresso ao passado. Aqui há propósito, há objectivo, há estratégia, há uma visão de futuro. Temos que olhando para o passado, refletir sobre ele, retirar as devidas ilações, corrigir aquilo que de negativo existia e melhorar aquilo que de positivo vem.

Sobre as empresas, agora arranjam essa parangona, de que todas as empresas que forem para Lisboa, fiquem no Algarve ou no Minho, queriam ficar na Covilhã e que era gente que queria investir na Covilhã, mas que se foram embora. “Ver para querer!” Não é o Senhor que vai condicionar a minha agenda; seja realista e temos que ser mais realistas nestas coisas, sem manobras de diversão, porque isso não corresponde à verdade.

Quanto à presença do Senhor Vereador Nelson Silva na reunião da Teleperformance, foi porque equacionamos a possibilidade de haver uma localização que não aquela onde a empresa se encontra instalada, mais concretamente a antiga fábrica da Nova Penteação; o representante da empresa disse: “olhe, se quando nós viemos para a Covilhã, nos tivessem apresentado um espaço desta natureza, onde nos pudéssemos expandir e progredir, não estávamos ali, mas temos ali um investimento de 2 milhões de euros”.

Existem ali investidos 2 milhões de euros, que a Câmara não tem para indemnizar a empresa, para que esta se mude para outro lugar.

A presença do Senhor Vereador Nelson Silva foi solicitada, por haver questões de natureza financeira, para poder dar o seu contributo, até porque temos que ser muito pragmáticos e objectivos nestas questões de negócios.

Se no futuro aparecerem empresas na área de intervenção do Senhor Vereador Joaquim Matias, terei todo o gosto em o convidar, para que nos acompanhe e dê o seu contributo.”

O Senhor Vereador Pedro Farromba afirmou que “a legitimidade que o Senhor Presidente tem é exatamente a mesma legitimidade que cada um de nós, que aqui estamos, temos. Todos fomos eleitos pela população da Covilhã e todos representamos, de uma forma ou de outra, os interesses da Covilhã. Quando somos eleitos deixamos de representar os cinco ou dez que votaram em nós, para passarmos a representar todos os Covilhanenses.

Aquilo que o Senhor Presidente aqui veio dizer, de que nós, a Vereadora da CDU, o Vereador do PSD e eu próprio, não defendemos os interesses da Covilhã, é de uma tristeza enorme, porque aquilo que nos traz aqui e o que sempre nos trouxe aqui, é obviamente tentarmos fazer o melhor e tentarmos defender da melhor forma os interesses das populações. Por isso, eu não me reconheço nessas suas palavras, não me revejo nelas, retribuí-lhe as palavras com o mesmo tom e no mesmo teor, com que o Senhor as transmitiu. E falar em interesses partidários e pessoais, se fosse só o Vereador Joaquim Matias, ainda era capaz de perceber os interesses partidários, agora também lá estava a Vereadora da CDU, e portanto, não estou a ver qual é o interesse partidário que a Vereadora da CDU tem no Presidente da Câmara do Fundão ou no PSD do Fundão.

Em relação à gravação das reuniões de Câmara fico contente por todos estarmos de acordo, mas não deixa de estranhar que a proposta seja de quem se sente lesado, neste momento e não de quem proferiu as declarações que proferiu, na última reunião de Câmara. A proposta foi minha e fico contente por esta proposta ir ter o voto unanime dos eleitos na Câmara Municipal da Covilhã.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

Em relação à Teleperformance gostava de recordar aqui umas palavras de uma reunião de Câmara pública, no Tortosendo, em que o Senhor Presidente se referia, na altura Vereador à Teleperformance como: “isso basta por umas cadeiras e umas mesas e isso fica resolvido!” Fico contente agora, por ter percebido que afinal não é assim, e que a Teleperformance é uma empresa que necessita, para além da sua actividade, muito mais do que cadeiras e mesas. Muitas vezes foi justificada a questão do investimento que ali está feito, não poder ser transportável para outro lado, porque foi ali realizado. Fico contente, que ao fim destes meses passados, que a sua opinião, nesse aspecto, tenha mudado. Sugeria, que visitassem as instalações da Teleperformance na Covilhã, para perceberem *in loco* aquilo que é a actividade desta empresa, que emprega mais de 400 pessoas, muitos deles com a sua actividade profissional de primeira linha e outros alunos da Universidade que complementam a sua remuneração mensal para conseguirem pagar as propinas e para conseguirem estudar na nossa Universidade.”

O Senhor Presidente acrescentou que “se tivesse havido visão, hoje não estávamos confrontados com esta posição de termos que arranjar uma parceria, lançar um concurso internacional, assumirmos riscos, que de outra forma nunca teríamos assumido. Se tivesse havido uma tal visão integrada, que os Senhores agora têm, que foram comprimir o Mercado, dificultar a vida de quem vai ao Mercado, quando há na Covilhã inúmeros espaços disponíveis, para o funcionamento dessas empresas, isto não teria acontecido.

Não existe um documento sequer, a publicitar a Covilhã, um prospeto onde se mostre aos investidores do porquê valer a pena investir na Covilhã, as características do concelho, etc., com divulgação da UBI, do Centro Hospitalar, do Data Center, etc.. Estamos a fazer esse trabalho de casa para verem como é que se divulga e como é que se promove a cidade. No final do mandato se verá quem é que trouxe mais empresas para a Covilhã e quem é que criou mais postos de trabalho na Covilhã.”

O Senhor Vereador José Pinto referiu ainda sobre o que diz respeito à colaboração dos Vereadores da oposição, e sobre o 25 de Abril, “todos nos disponibilizámos a colaborar nas actividades que irão promover essa importante data dos 40 anos do 25 de Abril, e pelo que sei já existe um documento numa fase já bastante adiantada, que eu, pelo menos, não fui convidado a participar. Estamos a um mês das Comemorações do 25 de Abril e por ser uma data bastante importante e que exige um conjunto de reuniões e de preparações, é estranho que estejamos tão próximo da data e que não tenhamos sido convidados. Questiono quando é que os Vereadores da oposição são convidados a colaborar na feitura desses mesmos programas.”

O Senhor Presidente respondeu que na próxima reunião trará o documento para aprovação, mas que agradece os contributos que venham a dar ao mesmo.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

AGENDA

Os serviços informaram que deverá ser retirada da Ordem de Trabalhos a Acta n.º 5/2014, de 07/03/2014 e a alínea e) do 5.2. – Departamento de Obras e Planeamento.

A Câmara deliberou retirar da Ordem de Trabalhos a Acta n.º 5/2014, de 07/03/2014 e alínea e) do 5.2. – Departamento de Obras e Planeamento.

APROVAÇÃO DE ACTAS

Presente para aprovação as Actas n.º 3/2014, de 07/02/2014, n.º 4/2014, de 21/02/2014 e n.º 5/2014, de 07/03/2014.

O Senhor Vereador Joaquim Matias referiu que enviou aos serviços algumas correcções relativas à Acta n.º 4/2014, de 21/02/2014, que deseja serem aceites e devidamente corrigidas.

O Senhor Presidente aceitou as correcções apresentadas e solicitou aos serviços que as mesmas fossem rectificadas.

Referiu ainda que “as Actas têm que passar a ser muito mais sucintas. Não poderão continuar a reproduzir o que cada um diz, porque isso não são Actas. Deixo esse alerta e passarei a ser muito mais rigoroso, no que diz respeito às Actas, de forma sucinta. As próximas Actas terão provavelmente 1/3, se não menos, do texto que atualmente apresentam. A própria Lei diz o que é que são Actas: que têm que reproduzir de forma concisa, objectiva e resumida as intervenções.”

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador Pedro Farromba, em virtude de não ter estado presente na reunião, deliberou aprovar a Acta n.º 3/2014, de 07/02/2014.

A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Pedro Farromba e Nelson Silva, em virtude de não terem estado presentes na reunião, deliberou aprovar a Acta n.º 4/2014, de 21/02/2014.

A Câmara, mais deliberou, retirar da ordem de trabalhos a Acta n.º 5/2014 de 07/03/2014, para posterior agendamento, face às sugestões de alteração à mesma apresentadas pelos Senhores Vereadores Pedro Farromba, Mónica Ramôa e Joaquim Matias.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à acta, e que apresenta os seguintes valores:

. Total de Disponibilidades: 1.648.849,23 € (um milhão, seiscentos e quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta e nove euros e vinte e três cêntimos).

. Documentos: 3.009,20 € (três mil e nove euros e vinte cêntimos).

. Dotações Orçamentais: 890.989,62 € (oitocentos e noventa mil, novecentos e oitenta e nove euros e sessenta e dois cêntimos).

. Dotações não Orçamentais: 757.859,61 € (setecentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e nove euros e sessenta e um cêntimos).

DESPACHOS

14/03/2014 – Despacho que concede autorização a Wine & Blues, Lda., para prolongamento de horário de funcionamento do estabelecimento comercial de Bar, no dia 16 de Março de 2014 das 02,00 às 04,00 horas, ao abrigo do n.º 4 do art.º 6.º do Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Concelho da Covilhã.

A Câmara, por unanimidade, deliberou ratificar o despacho apresentado.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

a) Locais de Estacionamento de Táxis – Contingentes fixados no concelho da Covilhã

Presente informação da Directora de Departamento de Administração Geral, datada de 26/02/2014, propondo, no uso das competências próprias em matéria de ordenação de trânsito e de acordo com o Regulamento do Transporte Público de Aluguer em veículos Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi do Município da Covilhã, determinar os locais onde os veículos táxis podem estacionar, bem como a colocação de sinalização horizontal e vertical nos locais propostos, documento apenso à acta.

O Senhor Presidente solicitou esclarecimentos à Dr.^a Graça Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral que esclareceu o seguinte:

“De acordo com o Regulamento em vigor, a Boidobra tem um regime de estacionamento fixo, com um contingente de três lugares. A Câmara Municipal da Covilhã emitiu uma licença à empresa Serpa & Santos para estacionar na Praça da Boidobra, que corresponde à licença de táxi n.º 35.

O problema colocado pela ANTRAL é que a mesma empresa tem uma licença, que é a n.º 37, cujo estacionamento é condicionado, para estacionar no perímetro urbano da Covilhã, e com este sim, ele pode estacionar junto ao Hospital da Covilhã. O que parece é que tem estacionado no local com a viatura que tem a licença de táxi n.º 35.

A Câmara em 21/05/2010 autorizou os locais de estacionamento à Boidobra, na Alameda Pêro da Covilhã, junto ao Hospital e na Rua das Escolas, Boidobra.

A proposta que hoje está aqui para ser aprovada é uma alteração aos locais de estacionamento, mantendo os contingentes dos três lugares da Boidobra, só na Rua das Escolas e na Praça da Boidobra, deixando assim de estar no local o Hospital da Covilhã. Mas a empresa Serpa & Santos pode continuar a estacionar junto ao Hospital da Covilhã, porque tem uma licença para esse efeito, que é a licença de táxi n.º 37. Ele não poderá é estacionar junto ao Hospital da Covilhã com a licença de táxi n.º 35, porque esta está licenciada para a Praça da Boidobra.”

O Senhor Presidente acrescentou que “pelo que se pode apurar existe uma oposição por parte da ANTRAL, relativamente a este estacionamento, que recomenda que assim se proceda e o Senhor António Santos pode ali continuar o operar com a viatura que está devidamente licenciada para o efeito.

A ANTRAL assume essa posição e temos que a respeitar, por ser ela que superentende essa matéria e essa realidade e a Câmara deve seguir as recomendações dos especialistas.

Tomámos boa nota da situação e da acentuada quebra da actividade profissional, que infelizmente é uma questão transversal a todas as actividades, face à crise que existem em Portugal neste momento, e o Senhor Joaquim tem a possibilidade de continuar a operar na Covilhã com a licença que tem para o efeito, mas temos que nos limitar a seguir as recomendações da ANTRAL.

Sobre o Protocolo da publicidade vai ser cumprido, como previsto no Plano e Orçamento e logo que possível cumprimos a nossa parte.”

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

O Senhor Vereador Joaquim Matias referiu que qualquer decisão tomada sobre esta matéria deve ter um parecer escrito da ANTRAL e que devem ser oficializadas todas as forças da ordem para acompanharem e fiscalizarem o seu normal funcionamento. Lamenta que haja um decréscimo de serviços, “mas se nós ponderarmos a possibilidade de um táxi, numa determinada Freguesia, ir a outras praças buscar clientes, nós depois tínhamos a reclamação dos utentes da Freguesia que queriam um táxi e não o tinham. Nós devemos estar alertados para estas situações, sob pena de se estar a cumprir o que está deliberado. Se houver necessidade de rever, aquilo que é o estacionamento dos táxis e os contingentes fixados no concelho da Covilhã, que se faça. Acho que é importante que isso se faça e que se faça uma reunião com a ANTRAL e outras Associações que representem os taxistas, para que se possam analisar os locais de estacionamento dos táxis, bem como os contingentes fixados no concelho da Covilhã, para lapidarmos algumas coisas que estejam menos bem.”

O Senhor Vereador José Pinto acrescentou que “o que aqui está em causa, não é o taxista A ou B estar neste local ou noutro local, o que está em questão é definir o Hospital como pertença à coroa da Covilhã.

Tenho aqui dois documentos onde se identifica o Centro Hospitalar como pertencente à Freguesia da Boidobra:

1 – Sítio do Centro Hospitalar da Cova da Beira (página Web): Quinta do Alvito – Boidobra;

2 – Caderneta predial urbana da Freguesia da Boidobra, no art.º 1218.º, onde diz que o centro Hospitalar da Cova da Beira, pertence a esta Freguesia;

Existem mapas, e os últimos utilizados fora para os Censos 2011, onde tornou claro que o recenseamento das pessoas que estavam internadas e que trabalhavam naquele dia e hora no Centro Hospitalar foram recenseados na Boidobra. O errado aqui está, no facto de a Câmara considerar que o Hospital é pertença da União das Freguesias Covilhã e Canhoso. O erro parte daqui e por isso surge este litígio, mas acho que o importante aqui não é o facto de um táxi da Covilhã ir fazer serviço à Boidobra, porque a população precisa é de serviços e se a Câmara rectificar o erro, considerando que o Hospital pertence à Freguesia da Boidobra, o problema deixa de existir. O erro é da Câmara que sabe bem qual é a localização que está aqui em causa e que continua a emitir licenças que não correspondem à verdade.”

O Senhor Presidente esclareceu que o que está em causa não é a linha divisória das Freguesias, nem o seu limite. “A questão em causa é de natureza técnica, que tem a ver com um parecer prévio, que foi dado por quem de direito, e que para além disso a Câmara pode alterar a localização das paragens dos táxis.”

O Senhor Vereador José Pinto referiu ainda que “existem regras para definirem onde pertencem os edifícios, pois havia zonas onde os edifícios eram “partidos a meio” pelos limites de Freguesia, eram definidos pela porta de entrada dos edifícios. O mesmo se passa com o Hospital pois a centésima parte do edifício é que não pertence à Freguesia da Boidobra, porque quando fizeram o edifício, o limite da Freguesia já existia.

Quanto aos limites da Freguesia da Boidobra, devo dizer que por ordem do Executivo anterior, arrancaram a placa sinalética de início da Freguesia e a Câmara põe as placas onde quiser, mas não pode é alterar aquilo que está definido e plasmado nas Finanças e da Câmara.”

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

O Senhor Vereador Joaquim Matias reafirmou ser “muito importante que se fizesse uma reunião em que estivessem as Associações que representam os taxistas e que houvesse uma comissão de trabalho que pudesse analisar o contexto do contingente que está fixado, neste momento, para o concelho da Covilhã, porque é verdade que há locais em que não são necessários três táxis e serão só dois, pelo que acho importante ser analisada essa matéria.”

O Senhor Vereador José Pinto afirmou que o documento parte de um princípio errado e como tal vota contra o mesmo.

A Câmara, com o voto contra do Senhor Vereador José Pinto, deliberou, no uso das suas competências próprias em matéria de ordenação do trânsito, e dentro das áreas para que os contingentes estão fixados no Regulamento Municipal em vigor, determinar os seguintes locais onde os veículos-táxis podem estacionar:

1. Estacionamento condicionado – freguesias da coroa urbana da Covilhã (antigas freguesias da *Conceição, Santa Maria, São Martinho e São Pedro*) – 35 veículos – Locais: Praça do Município, Tribunal, Estação CP, Central de Camionagem, Garagem de São João, Hospital, Alameda Europa.

2. Estacionamento fixo – freguesias fora da coroa urbana da Covilhã (Aldeia de São Francisco de Assis, Boidobra, Cortes do Meio, Dominguiso, Erada, Ferro, Orjais, Paul, Peraboa, São Jorge da Beira, Sobral de São Miguel, Tortosendo, Unhais da Serra, Verdelhos e as antigas freguesias de *Aldeia do Souto, Barco, Canhoso, Cantar Galo, Casegas, Coutada, Ourondo, Peso, Sarzedo, Teixoso, Vale Formoso, Vales do Rio e Vila do Carvalho*):

Aldeia de São Francisco de Assis – 3 veículos – Locais: Barroca Grande, Largo da Eira

Boidobra – 3 Veículos – Locais: Rua das Escolas, Praça da Boidobra

Cortes do Meio – 1 Veículo – Local: Cortes do Meio

Dominguiso – 1 Veículo – Local: Dominguiso

Erada – 2 Veículos – Locais: Rua Principal, Erada

Ferro – 2 Veículos – Local: Ferro

Orjais – 1 Veículo – Local: Largo da Igreja

Paul – 2 Veículos – Local: Paul

Peraboa – 1 Veículo – Local: Peraboa

São Jorge da Beira – 4 Veículos – Locais: Largo da Calçada, São Jorge da Beira

Sobral de São Miguel – 3 veículos – Local: Sobral de São Miguel

Tortosendo – 8 Veículos – Locais: Praça da Liberdade, Tortosendo, Avenida Almeida Garrett

Unhais da Serra – 2 Veículos – Local: Rua das Moutas

Verdelhos – 2 Veículos – Local: Rua da Fonte

Aldeia do Souto – 1 Veículo – Local: Aldeia do Souto

Barco – 1 Veículo – Local: Barco

Canhoso – 1 veículo – Local: (a criar)

Cantar Galo – 1 veículo – Lugar: Cantar Galo

Casegas – 2 veículos – Local: Casegas

Coutada – 1 Veículo – Local: Coutada

Ourondo – 1 Veículo – Local: Ourondo

Peso – 1 Veículo – Local: Rua Direita

Sarzedo – 1 Veículo – Local: Sarzedo

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

Teixoso – 4 Veículos – Locais: Teixoso, Praça de Portugal, Borrallheira

Vale Formoso – 1 Veículo – Local: Largo da Igreja

Vales do Rio – 1 Veículo – Local: Vales do Rio

Vila do Carvalho – 3 Veículos – Locais: Vila do Carvalho, Largo Dr. Carlos Coelho

Mais deliberou que os serviços competentes promovam:

1) a colocação de sinalização horizontal e vertical dos locais de estacionamento dos táxis e aprovar, excepcionalmente, por ocasião de eventos que determinem um acréscimo excepcional de procura, a criação de locais de estacionamento temporário de táxis, em local diferente do fixado e definir as condições em que o estacionamento é autorizado nesses locais;

2) a publicitação da presente deliberação, mediante edital a enviar por circular a todas as freguesias do Município da Covilhã.

b) Aquisição de parcelas de terreno

- Alargamento da E.M.512 no troço entre a Aldeia de São Francisco de Assis e o Rio Zêzere.

Presente a informação n.º 38, da Secção do Património Municipal, datada de 27/02/2014, acompanhada de declaração/acordo devidamente assinada, respeitante à negociação realizada com o proprietário, nela identificada, para efeitos de aquisição de parcelas de terreno, necessárias ao Alargamento da E.M.512 no troço entre a Aldeia de São Francisco de Assis e o Rio Zêzere.

A Câmara, por unanimidade e com a ausência do Senhor Vice-Presidente Carlos Martins, e tendo por base as informações dos serviços, deliberou autorizar a aquisição, por via de direito privado, da parcela de terreno com a área de 88,00 m² e respectivas benfeitorias, pelo valor global de 148,00 €, necessária ao alargamento da E.M.512 no troço entre a Aldeia de São Francisco de Assis o Rio Zêzere, ao Senhor Ermelindo Augusto Domingos.

- Beneficiação da E.M. 506.1, entre a Ponte Pedrinha e o Cruzamento com E.N. 345

Presente a informação n.º 43, da Secção do Património Municipal, datada de 03/03/2014, acompanhada de declaração/acordo devidamente assinada, respeitante à negociação realizada com o proprietário, nela identificada, para efeitos de aquisição de parcelas de terreno, necessárias à obra de beneficiação da E.M. 506.1, entre a Ponte Pedrinha e o Cruzamento com a E.N. 345.

A Câmara, por unanimidade e com a ausência do Senhor Vice-Presidente Carlos Martins, e tendo por base as informações dos serviços, deliberou autorizar a aquisição, por via de direito privado, das parcelas de terreno com os n.ºs 53 e 54, respectivamente, com as áreas de 332,00 m² e 111,00 m² e respectivas benfeitorias, pelo valor global de 1.316,00 €, sendo 886,00 € pelo terreno propriamente dito e 430,00 € pelas benfeitorias, necessária à obra de beneficiação da E.M. 506.1, entre

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

a Ponte Pedrinha e o Cruzamento com a E.N. 345, ao Senhor João Campos Meireles da Fonseca.

c) Aumento Temporário de Fundos

Presente proposta do Serviço de Contabilidade para autorização municipal de aumento temporário de fundos disponíveis, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, em conjugação com o n.º 1 e n.º 2 do art.º 6.º do Dec. Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, de harmonia com a justificação inserta na referida proposta, documento apenso à acta.

A Câmara, por unanimidade e com a ausência do Senhor Vice-Presidente Carlos Martins, deliberou aprovar a proposta apresentada autorizando o aumento temporário dos fundos disponíveis, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, em conjugação com o n.º 1 do art.º 6.º do Dec. Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

a) Liberação de cauções

Trabalhos de Alteração do Edifício do Mercado Municipal da Covilhã e Instalação de Ascensor

Presente a coberto da informação n.º 116 de 25/02/2014, da Divisão Obras, auto de vistoria à obra de trabalhos de alteração do edifício do Mercado Municipal da Covilhã e instalação de ascensor, realizada ao abrigo do Dec. Lei n.º. 190/2012, de 22 de Agosto, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 60 % da caução total da obra.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador Nelson Silva, e tendo por base a informação dos serviços, deliberou autorizar a liberação de 60 % da caução prestada no contrato de empreitada dos Trabalhos de alteração do edifício do Mercado Municipal da Covilhã e de instalação de Ascensor.

b) Contas Finais

Execução de Infraestruturas do Loteamento da Quinta da Corredoura

A coberto da informação n.º 138, datada de 05/03/2014, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada de execução de infraestruturas do loteamento da Quinta da Corredoura, cujos trabalhos totalizam 82.153,20 €.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a conta final da empreitada de execução de infraestruturas do loteamento da Quinta da Corredoura.

Requalificação da Ribeira do Porsim, em Sobral de S. Miguel – 1.ª fase

A coberto da informação n.º 14, datada de 11/03/2014, do Departamento de Obras e Planeamento, foi presente a conta final da empreitada de requalificação da Ribeira do Porsim, em Sobral de São Miguel – 1.ª fase, cujos trabalhos totalizam 111.015,05 €.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a conta final da empreitada de requalificação da Ribeira do Porsim, em Sobral de São Miguel – 1.ª Fase.

c) Estudo de Regulamentação de Trânsito

Rua Fonte do Lameiro

Presente a informação n.º 11/2014 do Serviço de Trânsito e Sinalética da Rede Viária, datada de 10/03/2014, acompanhada de Estudo de Regulamentação de Trânsito da Rua Fonte do Lameiro – Covilhã.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Estudo de Regulamentação de Trânsito da Rua Fonte do Lameiro – Covilhã.

Rua do Rodrigo – Entroncamento com a Rua Marquês D’Avila e Bolama

Presente informação n.º 12/2014, de 11 de Março de 2014, do Serviço de Trânsito e Sinalética da Rede Viária, onde se propõe a marcação horizontal e a colocação de sinalização vertical na Rua do Rodrigo – Entroncamento com a Rua Marquês D’Avila e Bolama.

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder à marcação horizontal da marca M12 – linha contínua amarela, junto ao limite da faixa de rodagem, marcas M17 – raias oblíquas delimitadas por linhas contínuas, a remarcação de 3 lugares de estacionamento autorizados e a colocação de um sinal vertical de informação H1 (Estacionamento Autorizado), complementado com placa adicional com a inscrição “ 3 Lugares”, na Rua do Rodrigo – Entroncamento com a Rua Marquês D’Avila e Bolama, na Freguesia de Covilhã e Canhoso.

d) Plano de Segurança e Saúde

Construção e Instalação de Troço de Linha Subterrânea de M.T. na Zona Industrial do Tortosendo

Presente a informação n.º 14, datada de 11/03/2014, da Divisão de Serviços Operativos, que propõe a aprovação do Plano de Segurança e Saúde da empreitada de construção e instalação do troço de linha subterrânea de M.T. na Zona Industrial do Tortosendo, adjudicada à empresa Helenos, S.A..

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Plano de Segurança e Saúde da empreitada de construção e instalação de troço de linha subterrânea de M.T. na Zona Industrial do Tortosendo.

e) Trânsito e Sinalização

Este assunto foi retirado da Ordem de Trabalhos.

f) Relatório do estudo do Ambiente Acústico Municipal – biénio 2012/2013

Presente informação n.º 23/2014, do Departamento de Obras e Planeamento, datada de 28/02/2014, propondo, nos termos do art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, corrigido pela Declaração de Rectificação n.º 18/2007 de 16 de Março e com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de Agosto, a aprovação do Relatório sobre o Estado do Ambiente Acústico Municipal – biénio 2012/2013.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Relatório sobre o Estado do Ambiente Acústico Municipal – biénio 2012/2013.

Mais foi deliberado remeter o Relatório sobre o Estado do Ambiente Acústico Municipal – biénio 2012/2013, para conhecimento da Assembleia Municipal da Covilhã, nos termos do art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, corrigido pela Declaração de Rectificação n.º 18/2007, de 16 de Março e com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de Agosto.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

DIVISÃO DE LICENCIAMENTO

Não foram agendados documentos neste ponto.

DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

a) Processo n.º 327 – Extinção de caução

Presente informação da Divisão de Gestão Urbanística, com data de 24/02/2014, respeitante ao pedido de extinção da caução das obras de urbanização do loteamento titulado pelo alvará de loteamento n.º 9/98, de 05/11/1998, formulado por Vitor Manuel Marques Gomes, propondo, face à recepção definitiva total das obras de urbanização, a extinção caução prestada sob a forma de garantia bancária n.º 30.44161.7850, do Banco Totta & Açores, actualmente no valor de 34.436,59 €.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador Nelson Silva e tendo por base a informação técnica, deliberou nos termos art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, autorizar a libertação da caução das obras de urbanização do loteamento titulado pelo alvará de loteamento n.º 8998, de 05.11.1998, prestada sob a forma de garantia bancária n.º.30.44161.7850 do Banco Totta & Açores, actualmente no valor de 34.436,59 €.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

a) Habitação Social

Atribuição de habitações

Presente as informações n.ºs 67/2014 e 92/2014, datadas de 25/02/2014 e 12/03/2014, respectivamente, do Serviço de Habitação, propondo a atribuição de habitações sociais aos munícipes identificados no quadro seguinte:

Munícipe	Locado	Localização	Tipo
Sara Filipa da Fonseca Roque	Bairro da Alâmpada, Lote 44	Boidobra	T2
Emílio Saraiva dos Reis	Urbanização das Nogueiras, Bloco 6 – 2.º Dto.	Teixoso	T2

A Câmara, por unanimidade, nos termos das informações de serviço, deliberou atribuir habitações sociais a Sara Filipa da Fonseca Roque e a Emílio Saraiva dos Reis.

Transmissão de arrendamento

Presente a informação n.º 91/2014, de 12/03/2014, do Serviço de Habitação, dando conta que por falecimento do titular do contrato de arrendamento do r/ch do n.º 1, sito na Rua do Norte, na Covilhã, celebrado com Francisco Lopes Beites, se dá a transmissão do referido arrendamento ao cônjuge Maria dos Prazeres Silva Martins Beites.

A Câmara, por unanimidade, deliberou autorizar a transmissão do arrendamento do r/ch do n.º 1, sito na Rua do Norte, na Covilhã, para Maria dos Prazeres Silva Martins Beites.

Aditamento a Contrato de Arrendamento

Presente informação n.º 89/2014, de 12/03/2014, do Serviço de Habitação, propondo um aditamento ao Contrato de Arrendamento celebrado em 18/09/2013, com Maria Natália Marques Jesus Santos, por mais seis meses, em virtude da inquilina pretender doar a casa de sua propriedade à Junta de Freguesia de Peraboa e a fim de dar tempo necessário para os trâmites da transmissão do prédio para a Junta.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar um aditamento ao Contrato de Arrendamento celebrado em 18/09/2013, com Maria Natália Marques Jesus Santos, por mais seis meses, em virtude da inquilina pretender doar a casa de sua propriedade à Junta de Freguesia de Peraboa e a fim de dar o tempo necessário para os trâmites da transmissão do prédio para a Freguesia.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

O Senhor Vereador José Pinto, relativamente à habitação social, questionou se o elevador da habitação social do Teixoso, já está a funcionar ou não.

Questionou ainda o porquê de ter sido um membro do PS a entregar a chave da habitação social atribuída a uma munícipe da Boidobra, e não ter sido o Senhor Vereador com o pelouro da habitação ou até algum membro da Junta de Freguesia, o que não acha, de todo, o procedimento mais correcto, pois os actos públicos da Câmara não podem, nem devem ser representados por membros dos partidos políticos. Disse ainda que “não posso deixar passar em claro este comportamento, do Partido Socialista, que usa e abusa do serviço da Câmara, para seu belo prazer.”

O Senhor Vereador Jorge Torrão informou que, sobre o elevador da habitação social do Teixoso, o que está pendente é uma questão técnica da empresa, que brevemente resolverá o problema.

Relativamente à entrega da habitação social referiu que houve, naquele dia, vizinhos e amigos da família que se associaram ao acto, dada a situação familiar da munícipe em causa.

Acrescentou que esta posição do Senhor Vereador é bastante deselegante e descabida, até em relação à munícipe, o que lamenta.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

Não foram agendados documentos neste ponto.

I - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Joaquim Santos**, taxista na Boidobra, com licença para estacionar em frente ao Hospital da Covilhã, questionando se pode ou não continuar a fazer este serviço, uma vez que os colegas se opõem por ele ter licença na Boidobra, onde refere ter poucos ou nenhuns serviços, por existirem autocarros a todas as horas. Se assim o entenderem terá de entregar a licença de táxi da Boidobra, porque não faz lá nenhuns serviços.
- **Paulo Plácido**, na qualidade de Presidente da ANTRAL, que vem solicitar a intervenção da Câmara para a resolução do estacionamento de táxi em frente ao Hospital da Covilhã, uma vez que o Senhor Joaquim Santos tem uma licença fixa na Freguesia da Boidobra e não naquele local.
Alertou para o facto de existirem muitas licenças de táxis emitidas pela Câmara Municipal, que operam fora das zonas licenciadas, bem como do número de licenças emitidas, questionando se “A Câmara alguma vez se preocupou em saber onde andam a trabalhar os táxis da Covilhã?”
Questionou ainda sobre a situação dos Protocolos celebrados com a Câmara Municipal, relativos à publicidade.
- **Diogo Correia**, da Covilhã, que vem apresentar queixa sobre o Bar Académico, que têm licença de funcionamento até às 02h da manhã e que não está a ser cumprido, bem como o isolamento acústico do estabelecimento. Apresenta um abaixo-assinado dos moradores e trabalhadores daquela área de residência, que se sentem afetados e descontentes por esta situação persistir, apensar das queixas apresentadas na PSP e na Câmara.
- **António Santos** pediu para falar do problema que se vive na Assembleia de Freguesia da Boidobra e referiu que no seu ponto de vista tal problema, se não tivesse mão do senhor vereador José Pinto e do senhor Reis Silva, este assunto já se teria resolvido. Disse ainda que o senhor vereador terá dito que aquilo que estão a fazer ao Presidente da Junta é muito grave, mas muito grave é o senhor vereador saber que a senhora votou Inês e depois na segunda reunião extraordinária já lá não aparece o voto Inês e aparece lá Inês e Melo, adulterando o voto. Isto é que era grave.

Entretanto durante a intervenção deste senhor o vereador José Pinto pediu que esta intervenção ficasse na totalidade registada em ata.

O senhor Presidente esclareceu mais do que uma vez o senhor que este assunto deveria ser tratado no órgão respectivo, Assembleia de Freguesia e que ali se tratam de situações dos covilhanenses e da região e não de questões políticas. A Câmara quando muito podia ajudar e servir de intermediária. O senhor António Santos referiu que as suas palavras vão nesse sentido. O senhor Presidente voltou a insistir para este assunto não fosse tratado ali e disponibilizou-se para no final falar com o senhor António Santos.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

Em defesa da honra, o senhor vereador José Pinto disse o seguinte: “ O Senhor Presidente já percebeu qual é o ambiente que existe na Assembleia de Freguesia e eu fui aqui acusado e tenho que responder. As pessoas não são responsáveis pelo que fazem! O que aqui se disse, de que o Presidente adulterou o voto, é muito grave.

É impensável que, eu como cidadão e como Vereador, não poder assistir a uma Assembleia de Freguesia e no final dessa Assembleia contar aquilo que vi. E aquilo que vi, tal como os que lá estavam viram. Aquilo que o senhor António Santos referiu é grave pois acusa, mais uma vez, o Presidente da Junta da Boidobra, quando refere que um voto tinha sido adulterado. Como tal seria possível se os votos foram mostrados um a um, a pedido do pai do candidato do PS e ninguém levantou dúvidas. Um dos votos andou de mão em mão, por não ser perceptível, e só quando chegou às mãos do Senhor António Santos é que este decifrou a palavra. Apesar de tudo também este foi validado, como todos os outros. Só na Assembleia extraordinária convocada pelo então eleito presidente, o senhor João Cameira, é que a senhora em causa disse que o seu voto só continha a palavra Inês. Será que alguém acredita que se o voto tivesse apenas a palavra Inês a oposição deixava que o mesmo fosse validado, quando a proposta do presidente da Junta continha os dois nomes?

Eu fui inquirido como testemunha pelo Ministério Público, e fui dizer o que vi, a minha versão dos factos. O Senhor António Santos pretende por em causa a minha idoneidade, o que não posso admitir; por em causa aquilo que eu disse, aquilo que eu digo e que reafirmo: os votos que estavam em cima da mesa, eu vi-os, tal como a Acta de Instalação, e era fácil de ver que a caligrafia e a tinta da caneta usada eram as mesmas, e se a Senhora se equivocou, lamento! Por tudo isso acho que a CDU não tem nada que recuar.

Por outro lado, quem está a por em causa os interesses da Boidobra, são estas as pessoas; andamos a brincar com a legislação e com a democracia.

Apelo a que o Senhor Presidente, tal como fez noutras Freguesias, que ajude a resolver o problema.”

O Senhor Presidente reafirmou que este assunto diz respeito à Assembleia de Freguesia e não à Câmara, pelo que deverá ser resolvido na Assembleia de Freguesia ou no tribunal.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/03/2014

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas por unanimidade, com excepção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

Pelas 11:42 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 1.464,00 €.

O Presidente, _____

A Directora do Departamento de Administração Geral _____